



ESCOLA DE
DIREITO



MONITORIA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
ESCOLA DE DIREITO

EDITAL Nº 001/2025 – UEA/ED

Fixa as normas do Processo de Seleção Classificatória 2025/1 aos alunos da Escola de Direito para preenchimento das vagas em caráter remunerada ou não remunerada do Programa de Monitoria da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, conforme disposto na Resolução Nº 037/2023 – CONSUNIV.

A Coordenação do Programa de Monitoria da Escola de Direito, de acordo com a Resolução nº 037/2023 – CONSUNIV torna público, para conhecimento dos interessados o que se segue:

APRESENTAÇÃO

O Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por finalidade proporcionar experiência aos discentes do curso de graduação nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior. Neste sentido, a monitoria é uma proposta de ações experimentais que irá contribuir de forma relevante para a melhoria da formação dos discentes em trajetória acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, preconiza, em seu artigo 84, que: ***“os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”***. Visando a melhoria na qualidade do aprendizado dos discentes, o Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por objetivo proporcionar aos acadêmicos dos cursos de graduação, oportunidades de desenvolverem experiências nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior.



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO





**ESCOLA DE
DIREITO**



**MO
NITO
RIA**



1. DA IDENTIFICAÇÃO

Unidade Acadêmica: Escola de Direito – ED.

Quanto aos tipos de monitoria, destacam-se duas modalidades:

1.1 MONITORIA VOLUNTÁRIA

Com carga horária a ser cumprida no período de 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas. Não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA, bem como nenhum recebimento de bolsa remunerada (conforme a Resolução Nº 037/2023 – CONSUNIV/UEA).

1.2 MONITORIA REMUNERADA

Com carga horária a ser cumprida no período de até 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas junto com o professor. Tendo em vista os limites e a capacidade financeira da UEA no planejamento orçamentário de 2024/2, os monitores receberão bolsa de R\$ 600,00 (seiscentos reais) na ocasião deste edital, serão 30 (trinta) bolsas, mediante ao tempo desta monitoria, desde que a porcentagem de sua frequência tenha sido lançada no SISPROJ NOVO, bem como sua comprovação de frequência (formulário de frequência manual) tenha sido anexado entre o dia 30 e 05 do mês subsequente. A monitoria remunerada também não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA.

1.3 Disciplinas vinculadas ao Programa de Monitoria:

- **GRADE 2023**

Introdução ao Estudo do Direito I, Filosofia do Direito e Pensamento Político, Introdução à Economia e Desenvolvimento Regional, Teoria Geral do Estado, Sociologia Geral e Jurídica, Teoria da Constituição, Direito Constitucional II, Direito Civil II, Direito Penal I, Direitos Humanos, Teoria Geral do Processo, Direito Internacional Privado, Direito Civil IV, Direito Administrativo II, Direito Penal III, Direito Processual Penal I, Direito Processual Civil II.

- **GRADE 2015**

Direito Civil V, Direito Empresarial I, Direito do Trabalho II, Direito Tributário I, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal III, Estágio Supervisionado I, Direito Civil VII,



2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Tanto o Aluno-Monitor quanto o Professor-Orientador deverão desenvolver atividades conforme a Resolução N°037/2023 – CONSUNIV/UEA.

2.1 SÃO ATIVIDADES DO ALUNO-MONITOR

- I. Auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático, em exercícios de classe e no laboratório;
- II. Auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em relação ao conteúdo do componente curricular e à prática de laboratório;
- III. Fazer revisão de texto, elaborar resenhas bibliográficas e realizar outras tarefas que propiciem o seu aprofundamento no componente curricular;
- IV. Assistir aulas teóricas e práticas do componente curricular, de acordo com o Plano de Orientação do Aluno.
- V. Registrar mensalmente as atividades desenvolvidas, fichamento ou formulário manual de frequência (disponível no site da UEA), para ser entregue ao Professor-Orientador para ser anexado no SISPROJ novo;
- VI. Ao término do período letivo, fazer e entregar o Relatório de Atividades do Aluno-Monitor (disponível no site da UEA), ao professor-orientador para ser anexado no SISPROJ novo juntamente com a Avaliação Semestral pelo professor-orientador.
- VII. Fica vedado ao Aluno-Monitor o exercício da docência e de qualquer atividade administrativa, sobre pena da perda da bolsa, da exclusão do programa e o componente curricular não poderá ser oferecido no próximo edital ou dois subsequentes, dependendo da característica do curso.

Parágrafo Único: O exercício da monitoria **NÃO** poderá realizar-se em disciplina em que o aluno estiver **matriculado** ou que ainda **não tenha cursado com aprovação.**

2.2 SÃO ATIVIDADES DO PROFESSOR-ORIENTADOR

- I. Orientar até 03 (três) Alunos-Monitores, em suas atividades, independentemente do número de componente curricular;
- II. Fazer o cadastro da disciplina e dos monitores no SISPROJ NOVO;

- III. Avaliar seu desempenho;
- IV. Elaborar o Plano de Orientação;
- V. Lançar a frequência mensal on-line do Aluno-Monitor e anexar formulário de frequência manual do Aluno-Monitor, tal lançamento ocorrerá todo dia 30 e poderá ocorrer até o dia 05 do mês subsequente, não sendo permitida a inserção de meses adiantados;
- VI. Anexar em PDF, ao final da monitoria, o Relatório Semestral do Aluno-Monitor e Avaliação Semestral do Aluno-Monitor pelo Professor-Orientador no SISPROJ novo (documentos disponíveis no site da UEA no link <https://prograd.uea.edu.br/monitoria/>).

Parágrafo único: É obrigatório o lançamento do Relatório Semestral, a Avaliação Semestral e a Frequência Mensal do aluno-monitor no SISPROJ (Sistema de Projetos da UEA) pelo Professor-Orientador.

3. DAS VAGAS

Cada aluno poderá concorrer a apenas uma disciplina, irrevogável quando deferida lista de inscritos, e conseqüentemente a apenas uma vaga de monitor, cuja vigência será de 1 (um) semestre letivo. Não será permitido remanejo de aluno aprovado, porém não classificado, para disciplina diferente da qual efetuou inscrição.

Conforme total de bolsas disponíveis para a unidade acadêmica, **30 (trinta) bolsas**; esta será contemplada pelo candidato que obtiver a primeira colocação no processo seletivo da respectiva disciplina, porém podendo **NÃO** se efetivar conforme Parágrafo Único do Item 2 Subitem 2.1. As demais vagas são para monitoria voluntária e não remunerada, e estão descritas no ANEXO II.

Parágrafo Único: A responsabilidade de cadastrar o aluno-monitor no SISPROJ Novo será dos professores que integram a referida disciplina para a qual o aluno tenha se candidatado e recebido a classificação.

4. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Só poderá candidatar-se à monitoria aluno que:

- I. Tenha cursado, **COM APROVAÇÃO**, no mínimo 1 (um) período letivo;
- II. Tenha sido aprovado no componente curricular, objeto da monitoria, ou em componente curricular ou conjunto de componentes curriculares



considerados pela Coordenação do Curso como correlatos, em que tenha obtido, em qualquer uma das hipóteses, média igual ou superior a 7,0 (sete);

- III. Comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando a devida declaração;
- IV. Se inscrever em apenas 1 (uma) disciplina no processo de seleção regular e havendo um processo remanescente regular, o mesmo não poderá efetuar uma nova inscrição;
- V. É vedada a participação de alunos desistentes de edições anteriores do Programa de Monitoria;
- VI. Fica vedada no ato de inscrição a participação de estudante no programa de monitoria **matriculado no primeiro e no último período letivo de curso**, considerando as especificidades;
- VII. **Exercício da monitoria não poderá realizar-se em componente curricular em que o aluno estiver matriculado ou que ainda não tenha cursado com aprovação.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será aceito a inscrição do aluno que consta APROVADO na disciplina que concorre, ou seja, no ato da inscrição para a monitoria 2025/1, o aluno já deverá constar como aprovado na disciplina que deseja concorrer, não se admitindo a aprovação durante a vigência do Edital 001-2025/1.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se for observado que o aluno não estava aprovado na disciplina, no ato da inscrição, tentando burlar as regras, será automaticamente desclassificado.

4.1 As inscrições deverão ser realizadas no período de 01 DE NOVEMBRO DE 2024 A 10 DE NOVEMBRO DE 2024, mediante o cumprimento da seguinte etapa:

- I. Preenchimento e envio ao e-mail da monitoria o formulário específico disponível <https://forms.gle/Tt3PRpQML26pwYdV8> para acessar o referido formulário, o aluno deverá fazer login no Gmail com o seu e-mail institucional, a saber: iniciais.curso@uea.edu.br. O formulário estará disponível até às 23h59 do dia 10 de novembro de 2024.
- II. Enviar uma cópia das respostas para o e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br

PARÁGRAFO ÚNICO: O candidato que não souber seu e-mail institucional e senha deverá procurar o **CTIC** da unidade para saber como acessá-lo. O não cumprimento de um destes itens indeferirá a inscrição do candidato e em casos de documentação como declarações e afins o candidato deverá procurar a Secretaria Acadêmica da Unidade.





ESCOLA DE
DIREITO



MO
NITO
RIA



4.2 Fica **VEDADA** a acumulação de bolsas disponibilizadas pela Universidade do Estado do Amazonas

Exemplo: aluno que recebe Bolsa Tutoria **NÃO** poderá receber Bolsa Monitoria e vice-versa.

4.3 É recomendável que o Aluno-Monitor exerça suas atividades de monitor no contraturno à sua matrícula institucional, ou seja, se o aluno está matriculado no turno vespertino, é preferível que ele seja monitor no turno noturno, para evitar o conflito de horários e atribuições.

4.4 Aos candidatos que escolherem realizar a prova para as disciplinas de Estágio Supervisionado I e III, é imprescindível que observem, além do turno, a lotação pleiteada (NPJ-ED, NPJ-LAWIN ou NPJ-JUSTIÇA FEDERAL).

5. DO RESULTADO PARCIAL AS INSCRIÇÕES

O resultado parcial das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado no site da UEA, Secretaria Acadêmica e Coordenação do Curso na data que consta no Anexo I – Cronograma.

6. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

O recurso após resultado parcial das inscrições deferida e indeferidas deverá ser enviado ao e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br por escrito, devidamente justificado e comprovado, devendo versar, estritamente, sobre o pedido de recurso até 24h após a divulgação do resultado.

7. DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O resultado das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: site da UEA, Coordenação do Curso e Mural da Secretaria Acadêmica da Unidade.





ESCOLA DE
DIREITO



MONITORIA



8. DAS PROVAS

O processo seletivo compreenderá uma prova objetiva de múltipla escolha ou discursiva sobre o conteúdo da disciplina na qual o aluno se candidatou;

A modalidade das provas será divulgada após o término das inscrições;

As provas serão realizadas no dia **02 de dezembro de 2024 às 15h00** no auditório da Escola de Direito/UEA.

9. DO RESULTADO PARCIAL DAS PROVAS

O resultado parcial da Seleção de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: Site da UEA, Coordenação do Curso e Secretaria Acadêmica da Unidade.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7,0.

Em caso de empate terá preferência o candidato que:

- I. Tiver maior nota na disciplina objetiva da monitoria;
- II. Apresentar maior média na disciplina;
- III. Apresentar maior coeficiente de rendimento;

10. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA PROVA

O recurso relacionado às questões da prova deverá ser encaminhado ao e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br da Coordenação do Programa de Monitoria, devidamente justificado e comprovado, devendo versar, estritamente, sobre o pedido do recurso até as 18h00 do dia 04 de dezembro de 2024.

O período para a análise do recurso será no dia 03 a 04 de dezembro de 2024.

11. DO RESULTADO DAS PROVAS

Mediante a conclusão da análise dos recursos, será divulgada no dia **06 de dezembro de 2024 a partir das 18h00**, a classificação final dos candidatos.

12. ADESÃO AO PROGRAMA

O aluno aprovado e classificado na seleção de monitoria será cadastrado no SISPROJ em data prevista, no entanto, caso o aluno não disponha de tempo congruente ao horário da disciplina ou aluno que foi aprovado na seleção, mas que não foi aprovado na disciplina recém finalizada ou não enviou o histórico para comprovação de aprovação na disciplina, não terão sua efetivação no programa ou seja, serão removidos do SISPROJ pela Coordenação Geral de Monitoria.



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



Os candidatos **APROVADOS** para o Programa de Monitoria deverão enviar ao seu respectivo Professor-Orientador os documentos descritos abaixo para a inserção no SISPROJ até o dia 15 de janeiro de 2025.

• BOLSISTAS

- I. Comprovante de **conta corrente** (Banco Bradesco, Next, NuBank, Inter, Ita, Original, Neon e afins) em nome do bolsista, **mostrando conta e agência**. Aceitamos: extrato atualizado, contrato de abertura de conta e cópia do cartão. (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- II. Cópia da Carteira de Identidade e CPF (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- III. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- IV. Plano de Orientação do Aluno-monitor e professor-orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- V. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA);
- VI. Declaração de servir à Monitoria nas horas semanais;
- VII. Declaração de não acumulação de bolsa pelo aluno-monitor do programa de monitoria remunerada da UEA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link: https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

• VOLUNTÁRIOS

- I. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- II. Plano de Orientação do Aluno-monitor e Professor-Orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- III. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA).
- IV. Declaração de servi à Monitoria nas horas semanais.



PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link: https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O programa de Monitoria 2025/1 inicia-se no dia 17 de fevereiro de 2025 e encerra-se no dia 21 de junho de 2025.

Ao término de cada período letivo, o orientador da monitoria/coordenador da disciplina deverá anexar no SISPROJ NOVO o Relatório Semestral (preenchido pelo aluno-monitor) e a Avaliação Final (preenchido pelo orientador da monitoria/coordenador da disciplina). O descumprimento deste item impedirá o aluno de disputar nova monitoria e de receber seu certificado.

O aluno-monitor fará jus o certificado por meio de solicitação à coordenação geral de monitoria via e-mail: monitoria@uea.edu.br se tiver a frequência mínima de 75% da carga horária total destinada à monitoria e avaliação favorável do orientador da monitoria/coordenador da disciplina.

O aluno-monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do Programa de Monitoria não poderá se inscrever em novo processo de seleção.

Manaus, 01 de novembro de 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Ricardo Tavares Albuquerque

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenador do Programa de Monitoria da Escola de Direito



ANEXO I - CRONOGRAMA

ORDEM	ATIVIDADE	DATA
1	Divulgação do Edital para seleção de vagas de Monitoria para o semestre de 2025/1.	01/11//2024
2	Período de inscrição via <i>Google Forms</i> .	01/11/2024 a 10/11/2024
3	Divulgação do resultado parcial das inscrições DEFERIDAS e INDEFERIDAS.	11/11/2024
4	Período para recurso das inscrições.	11/11/2024 a 12/11/2024
5	Divulgação do resultado final das inscrições deferidas.	13/11/2024
6	PROVA DE MONITORIA 2025/1	02/12/2024
7	Divulgação do resultado parcial da prova.	03/12/2024
8	Período para recurso da prova.	03/12/2024 a 04/12/2024
9	Período para análise do recurso da prova.	03/12/2024 a 05/12/2024
10	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA.	06/12/2024
11	Preenchimento dos documentos de adesão e envio da documentação para monitoria_ed@uea.edu.br e upload dos documentos e cadastramento das disciplinas no SISPROJ NOVO (envio para o e-mail da monitoria é apenas para arquivo e a validação é apenas com o cadastro no SISPROJ).	06/12/2024 a 15/01/2025
12	Início das atividades de Monitoria.	17/02/2025
13	Encerramento das atividades de Monitoria.	21/06/2025
14	Encaminhamento do Relatório e Avaliação Semestral das atividades do aluno-monitor.	Após o término das atividades
15	Período de solicitação de Certificado de Monitoria à PROGRAD através do monitoria@uea.edu.br	Após a entrega dos relatórios e avaliações semestrais.





ESCOLA DE
DIREITO



MO
NITO
RIA



ANEXO II - LISTA DE DISCIPLINAS

1º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0101	Introdução ao Estudo do Direito I	01	02
ED0102	Filosofia do Direito e Pensamento Político	01	02
ED0103	Introdução à Economia e Desenvolvimento Regional	01	02
ED0104	Teoria Geral do Estado	01	02
ED0105	Sociologia do Direito	01	02
ED0107	Teoria da Constituição	01	02

3º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0301	Direito Constitucional II	01	02
ED0302	Direito Civil II (a partir de bens jurídicos)	01	02
ED0303	Direito Penal I	01	02
ED0304	Direitos Humanos	01	02
ED0305	Teoria Geral do Processo	01	02

5º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0501	Direito Internacional Privado	01	02
ED0503	Direito Civil IV (Contratos)	01	02
ED0504	Direito Administrativo II	01	02
ED0505	Direito Penal III	01	02
ED0506	Direito Processual Penal I	01	02
ED0507	Direito Processual Civil II	01	02



7º PERÍODO – GRADE 2015

SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ESO0721	Direito Civil V (Direitos Reais)	01	02
ESO0352	Direito Empresarial I	01	02
ESO0720	Direito do Trabalho II	01	02
ESO0925	Direito Tributário I	01	02
ESO0723	Direito Processual Civil IV	01	02
ESO0724	Direito Processual Penal III	01	02
ESO0722	Estágio Supervisionado I (NPJ-ED)	01 (matutino)	01
ESO0722	Estágio Supervisionado I (NPJ-Justiça Federal)	-	01
ESO0722	Estágio Supervisionado I (NPJ-LAWIN)	-	01 (noturno)

9º PERÍODO – GRADE 2015

SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ESO0933	Direito Civil VII (Sucessões)	01	02
ESO0934	Direito Empresarial III	01	02
ESO0935	Direito da Seguridade Social	01	02
ESO0932	Direito Ambiental I	01	02
ESO0936	Estágio Supervisionado III (NPJ-ED)	01 (vespertino) 01 (noturno)	01
ESO0936	Estágio Supervisionado III (NPJ-Justiça Federal)	-	01
ESO0722	Estágio Supervisionado III (NPJ-LAWIN)	-	01 (noturno)

TOTAL DE MONITORES 2025/1	REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
	30	60

ANEXO III – EMENTÁRIO

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0101	Introdução ao Estudo do Direito I	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
INSTITUIÇÕES E INSTITUTOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS: ESTADO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. FATORES DO DIREITO. CONCEITOS DE DIREITO, POSIÇÃO NO UNIVERSO CIENTÍFICO, CLASSIFICAÇÕES FUNDAMENTAIS E CIÊNCIAS AFINS. FINALIDADES DO DIREITO. DIREITO, SOCIEDADE E ESTADO. FONTES DO DIREITO. SUJEITO DE DIREITO, DIREITO SUBJETIVO, RELAÇÃO E SITUAÇÃO JURÍDICAS. FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO. INTRODUÇÃO À TEORIA DA NORMA JURÍDICA. INTRODUÇÃO À TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO. INTRODUÇÃO À HERMENÊUTICA JURÍDICA.							
OBJETIVOS							
Ao final do curso o aluno deverá ter uma visão geral do fenômeno jurídico em seus aspectos técnico, mas com alguns elementos sociológico, histórico e filosófico.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014. NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 37ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AQUINO, Daniel. Considerações bioevolutivas sobre o desenvolvimento histórico das instituições jurídicas do casamento, da propriedade e da sucessão. Texto não publicado. FULLER, Lon F. O caso dos exploradores de cavernas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999. FULLER, Lon L. O caso dos denunciadores invejosos: introdução práticas às relações entre direito, moral e justiça. São Paulo: RT, 2003. GRAEBER, David e WENGROW, David. Como mudar o curso da história humana. Fonte: website https://www.eurozine.com/como-mudar-o-curso-da-historia-humana/ HOPPE, Hans-Hermann. A origem da propriedade privada e da família. Fonte: website http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1037 . MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito, 34ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020. VENOSA, Silvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré- Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0102	Filosofia do Direito e Pensamento Político	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
<p>O pensamento racional na Grécia antiga e discussão sobre a Justiça. Sócrates e a invenção do conceito. Platão e a questão da justiça. Aristóteles: Justiça distributiva e Justiça comutativa e o princípio da não-contradição. A tradição romana e a questão da Justiça. O Positivismo e o problema da Justiça. A falácia naturalista: ser / dever ser. Justiça formal x Justiça material. Éticas cognitivistas e éticas não cognitivistas. O debate contemporâneo sobre a Justiça. Conceitos fundamentais: Poder, política, Estado, Sistema Político, Ideologia, Pensamento Político e Sociedade de Massas. O Constitucionalismo. As Transformações do Estado (O Estado Liberal, o Estado de Bem-Estar Social, o Estado Pós-Moderno). O Estado Democrático de Direito. Globalização, Integração Econômica e Fragmentação Política. Conceito e tarefa da Filosofia do Direito. O Direito Natural. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Kelseniano. A Escola Histórica. O ressurgimento do Direito Natural após a 2ª Guerra Mundial. O conceito de Direito. Relações entre Direito e Moral. Os fins do Direito e a questão da Justiça. Teoria da Justiça. Teóricos da Filosofia do Direito e da Política. Direito e Dialética - Perspectivas Hermenêuticas. Direito, Transformação e Justiça Social.</p>							
OBJETIVOS							
<p>A. GERAL: Propiciar aos(as) acadêmicos(as) uma discussão crítica e interdisciplinar sobre autores e tópicos de Filosofia, Direito e Política que alicerçam concepções e práticas sociojurídicas de inclusão e consolidam o agir político na Contemporaneidade.</p> <p>B. ESPECÍFICOS: 1- Entender a problemática do fundamento ético do agir político e a alteridade na questão social, procurando estabelecer as diferenças entre o cotidiano, o normativo e o valorativo, desde a perspectiva sócio-histórica e cultural, na busca do bem comum na Política, na Justiça, no Estado e na Nação como unidade sistêmica. 2- Analisar a crise da razão instrumental modernista e sua racionalidade e “legitimidade”, desde o âmbito da Política, da Cultura, da Economia e da Sociedade, tendo como horizonte hermenêutico o Paradigma da Complexidade na compreensão da Civilização Humana. 3- Reconhecer e Valorizar o ser da Filosofia (O Pensar), da Ética (O julgar) e da Política (O Agir) na procura histórica da pessoa humana por alcançar um maior nível de humanização e personalização, assim como, uma nova racionalidade para o desenvolvimento sociocultural, ecológico e técnico-científico.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>DWORKIN, Ronald. O império do direito. 3ª ed. Tradução Jefferson Luiz. Revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. São Paulo: Martins Fontes, 2014.</p> <p>MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do direito. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.</p>							

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. História das ideias políticas. Editora Schwarcz. Companhia das Letras, 2018.

DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MORRIS, Clarence. Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. Tradução de Reinaldo Guarany. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito, 28 ed. São Paulo: Forense, 2021.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0103	Introdução à Economia e Desenvolvimento Regional	30	0	0	30	2.2.0	-
EMENTA							
Conceitos fundamentais em economia. Evolução do pensamento econômico. O problema econômico. Sistemas econômicos. Noções sobre mercados e preços. A importância do estudo da economia para o direito. Noções de economia de mercado. Estruturas de mercado. A intervenção do estado no combate à dominação de mercado. A adoção de políticas econômicas e suas fundamentações jurídicas. Setor externo e direito. O processo de integração econômica e os organismos internacionais. Crescimento econômico e a informalidade no mercado de trabalho. Desigualdade e tributação no Brasil. Desenvolvimento Regional e Amazonas – Lei da Informática, Zona Franca de Manaus, o papel da Indústria.							
OBJETIVOS							
Objetivo Geral: Estimular a reflexão crítica sobre o cenário econômico mundial e seus efeitos na economia brasileira.							
Objetivos específicos: Fornecer os instrumentais teóricos para a compreensão dos conceitos e problemas econômicos; Mostrar a importância do estudo da teoria econômica e sua inter-relação com o Direito e assim qualificar os alunos para assumirem suas atribuições e deveres sociais como operadores jurídicos aptos e responsáveis.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
De VASCONCELLOS, M. A. S. Economia Micro e Macro. São Paulo: Editora Atlas, 4ª edição, 2006. MANKIW, G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, Campus, 2013; ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo. Editora Atlas, 1993, 15ª Edição.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
MONTORO FILHO, André Franco et alli. Manual de Economia. São Paulo, Saraiva, 1992; ROBINSON, Joan e EATWELL, John. Introdução à Economia. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979. SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. Economia. Lisboa, McGraw-Hill, 1988, 12ª Edição. WONNACOTT, Paul e WONNACOTT, Ronald. Introdução à Economia. São Paulo, 1993. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. TONETO JR. R. (Orgs.). Manual de Economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré- Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0104	Teoria Geral do Estado	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
Sociedade: origem, ordem social e sociedades políticas. Teoria Social do Estado: origem, evolução histórica e justificação do Estado. Conceito, finalidade do Estado. Território. Povo. Poder e soberania. Elementos constitutivos. Personalidade Jurídica do Estado e Problemas do Estado Contemporâneo. Formas de Estado, formas e sistemas de governo. Regimes políticos, liberalismo, estado social, socialismo real, teocracia, neoliberalismo, globalização. Estado e Democracia: Democracia direta e semidireta. Democracia Representativa. Sufrágio. Especificidade da política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Principais correntes do pensamento político contemporâneo.							
OBJETIVOS							
Estudar a Teoria Geral do Estado, entendendo a dinâmica do fenômeno social com o poder do Estado, bem como estudar a Constituição, enquanto teoria política do direito constitucional e teoria científica do direito constitucional; Compreender o fenômeno da teoria do Estado, desde a origem da formação da sociedade ao Estado atual; Estudar a Teoria Geral do Estado, enfocando seus elementos e a dinâmica do poder à luz da divisão espacial e territorial; Conhecer as formas de Estado, formas de governos e sistemas de governos; Identificar as modalidades de constituições emergentes dos movimentos constitucionalistas e a identificação de seus elementos; Estudar os princípios constitucionais e a teoria das normas constitucionais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 33ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 2 ed. São Paulo: Globo, 2008. BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2011. CUNHA, Paulo Ferreira da. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553601912. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601912 . Acesso em: 25 nov. 2019 GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597021707. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021707 . Acesso em: 25 nov. 2019. MELO, Débora Sinflorio da Silva; SCALABRIN, Felipe. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788595021891. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021891 . Acesso em: 25 nov. 2019.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0105	Sociologia do Direito	30	0	0	30	2.2.0	-
EMENTA							
Introdução: sociologia e sociologia do Direito; Durkheim, Direito e a divisão do trabalho; Weber, racionalização, desencantamento e Direito; Conceitos fundamentais de Marx; Marx e o Direito; Bourdieu, história, sociologia, o Estado e o Direito; Luhmann, autopoiesis e sociologia do Direito; Luhmann e a heterogeneidade entre Direito e política; Habermas: o Direito entre o sistema e o mundo da vida. Pluralismo jurídico; Direito e globalização; Direitos humanos e sociais; politização do Direito e juridicização da política.							
OBJETIVOS							
A disciplina visa à capacitação do aluno da graduação para a compreensão do conteúdo ministrado, assim como o desenvolvimento de algumas competências cognitivas requeridas pela reflexão sociológica, como a compreensão de conceitos e a capacidade de argumentação.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Durkheim, Émile. Da divisão social do trabalho. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Gonçalves Silva, Felipe; Rodrigues, José Rodrigo. Manual de sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013. Weber, Max. Economia e sociedade, Volume 2. Trad. Regis Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
Bourdieu, Pierre. Economia das trocas simbólicas. Trad. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2005 FARIA, José Eduardo. Direito e conjuntura. São Paulo: Saraiva, 2010. Habermas, Jürgen. Direito e democracia I. Trad. Flávio Beno Sievenichler. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 2003. LIMA LOPES, José Reinaldo. Direitos sociais: teoria e prática. São Paulo: Método, 2006. Luhmann, Niklas. Sociologia do Direito I. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1983. Luhmann, Niklas. Sociologia do Direito II. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1985.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0107	Teoria da Constituição	30	0	0	30	2.2.0	
EMENTA							
Direito Constitucional: Conceito, Origem, Formação e Evolução Doutrinária do Direito Constitucional. Constituição: Conceito, Classificação, Espécies, Elementos, Estrutura e Supremacia da Constituição. Poder Constituinte: Influências Doutrinárias na Teoria do Poder Constituinte e Análise de Processos Constituintes Atuais. Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais e Interpretação das Normas Constitucionais. Noções de Controle de Constitucionalidade.							
OBJETIVOS							
Ao final do curso o aluno deverá ter uma visão geral do Direito Constitucional, a partir da apresentação dos princípios e fundamentos teóricos da disciplina e dos fatos políticos atuais, de modo a torná-lo apto a conhecer os institutos que caracterizam o Direito Constitucional.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 35ª edição. São Paulo: Malheiros, 2020. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2023. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Princípios fundamentais do direito constitucional. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil). Revista da EMERJ, v. 9, nº 33, 2006. Disponível em: < https://www.emerj.tjrj.jus.br > O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2022. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Editora Almedina. 7ª ed. 7ª reimp. 2003. DALLARI, Dalmo de Abreu. Constituição e constituinte. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. SILVA. José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 44ª edição. São Paulo: Malheiros, 2022.							





SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0301	Direito Constitucional II	60	0	0	60	4.4.0	ED0203
EMENTA							
Organização do Estado: princípio federativo, organização político-administrativa, União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. A intervenção. Administração Pública. Organização dos Poderes. Poder Executivo. Poder Legislativo e Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.							
OBJETIVOS							
<p>OBJETIVO GERAL: Estudar os Títulos III a V do texto constitucional brasileiro os quais abrangem a forma de organização do Estado federal, dos Poderes da República E os mecanismos de defesa do Estado e das instituições democráticas.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar, a partir do texto constitucional, a estrutura do Estado brasileiro, em seus aspectos político-administrativos; Compreender a organização dos Poderes estabelecida na Constituição Federal de 1988; Estudar o sistema constitucional das crises para defesa do Estado e das instituições democráticas; Interpretar criticamente as normas constitucionais referentes às temáticas dos Títulos III a V em estudo; Examinar a aplicação dos dispositivos constitucionais em apreço através da leitura da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinente à temática abrangida pelos títulos III a V da Constituição Federal de 1988.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020. LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional 17. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 38. ed. S. Paulo: Atlas, 2.022. NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria B. Barreto Andrade. Constituição Federal Comentada e Legislação Complementar. 8. ed. S. Paulo: RT, 2.022. NOVELINO, Marcelo. Curso Direito Constitucional. 18. ed. S. Paulo: JusPodivm, 2.023. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 20. ed. S. Paulo: Saraiva: 2.022.							





SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0302	Direito Civil II (a partir de bens jurídicos)	30	0	0	30	2.2.0	ED0204
EMENTA							
Objetos das relações jurídicas. Bens jurídicos: conceito e classificação. Teoria do Fato Jurídico. Negócio Jurídico: classificação, interpretação e planos. Plano da validade. Invalidez do negócio jurídico: nulidade e anulabilidade. Eficácia: condição, termo e encargo. Prescrição e decadência. Prova do fato jurídico.							
OBJETIVOS							
<p>Geral: Continuar o estudo introdutório da Teoria Geral do Direito Civil.</p> <p>Específicos: Compreender o objeto das relações jurídicas. Compreender os fatos jurídicos enquanto propulsores das relações jurídicas. Desenvolver uma teoria crítica sobre o negócio jurídico enquanto criador de relações jurídicas.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 21.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2023.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1, 20.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 22.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>DA SILVA, Caio Mário Pereira. Instituições de Direito Civil: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1, 33.^a ed., São Paulo: Forense, 2020.</p> <p>GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do Código Civil.</p> <p>LOBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 12.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2023.</p> <p>NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 14.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.</p> <p>WALD, Arnoldo; PAESANI, Liliana Minardi; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W. Direito Civil: introdução e parte geral. Vol. 1, 14.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2015.</p>							





SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0303	Direito Penal I	60	0	0	60	4.4.0	ED0202
EMENTA							
<p>Conceito, características e classificação do Direito Penal. Abordagem histórica do Direito Penal. Fontes, interpretação e analogia do Direito Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Conceitos, Sujeitos e classificação do crime. Crime tentado e consumado. Excludentes da antijuridicidade e da culpabilidade. Concursos de pessoas.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito, mas principalmente como agente transformador da realidade; Introduzir o estudante à ciência do direito penal e seus principais conceitos, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais; Abordar todos os princípios basilares da parte geral do Direito Penal brasileiro posto (legislado). O curso tem como finalidade precípua dar condições ao estudante de interpretar a legislação e aplicá-la ao caso concreto; Compreender a estrutura da Conduta Criminosa à luz da Teoria Finalista e das demais teorias da ação; Abordar o estudo do delinquente e sua conduta delituosa, todos os aspectos da sanção enquanto conduta devida (poder-dever do estado) em caso de ocorrência criminosa, ou seja, da concreção da descrição legal, bem como as suas causas extintivas.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal 1, parte geral. 29ª ed. São Paulo: Saraiva. 2023</p> <p>ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.</p> <p>GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. vol. 1. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2023.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal, tomo I. vol. I. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012</p> <p>BETTIOL, Rodolfo. BETTIOL, Giuseppe. Instituições de Direito e Processual Penal. 1ª ed. São Paulo: Pillares. 2008.</p> <p>CERNICCHIARO, Luiz Vicente. COSTA JR., Paulo Jose da. Direito Penal na Constituição.</p> <p>BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 1ª ed. Editora Lafonte. 2022</p> <p>SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: parte geral. 10ª ed. Tirant. 2022</p>							





ESCOLA DE
DIREITO



MO
NITO
RIA



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0304	Direitos Humanos	30	0	0	30	2.2.0	ED0205
EMENTA							
<p>Noções gerais sobre as Quatro Vertentes do Direito Internacional dos Direitos Humanos (Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional dos Refugiados, Direito Internacional dos Direitos Humanos stricto sensu, Direito Internacional Penal). O Estado e a Proteção dos Direitos Humanos. A Internacionalização da Proteção dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Os Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Natureza Jurídica Especial dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos: impacto das obrigações, hermenêutica e responsabilidade internacional do Estado. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: sistemas global, europeu, interamericano e africano. Processo interamericano de proteção dos direitos humanos perante a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos. O controle de convencionalidade.</p>							
OBJETIVOS							
<p>OBJETIVO GERAL: Estudar os mecanismos de proteção dos direitos fundamentais no plano do direito internacional, visando fortalecer as bases de uma cultura jurídica voltada para o respeito e a garantia dos direitos humanos.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender o Direito Internacional contemporâneo à luz da vertente de sua humanização; Conhecer os instrumentos de proteção internacional de direitos humanos e os mecanismos internacionais de implementação destes instrumentos; Examinar os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos, com ênfase no estudo do sistema interamericano; Analisar a jurisprudência interamericana acerca da temática da proteção dos direitos humanos, enfatizando o estudo dos casos brasileiros julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2021.</p> <p>Processo Internacional de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2019.</p> <p>TRINDADE, A. A. Cançado. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Porto Alegre: Sérgio Fabris: 1997, 1999 e 2003. vols. 1-3.</p> <p>WEIS, Carlos. Direitos humanos contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>							



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação dos Direitos humanos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Regime da Vanguarda do Direito Internacional Público: ciência, direitos humanos, meio ambiente, migrações, povos indígenas e trabalho decente. Brasília: Trampolim, 2021.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional. São Paulo: Método, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem internacional. 6. ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

TRINDADE, A. A. Cançado. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2.006.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0305	Teoria Geral do Processo	60	0	0	60	4.4.0	ED0203
EMENTA							
Noções preliminares de Direito Processual. Interdisciplinaridade do Direito Processual. Norma processual. Princípios. O Processo como meio de solução de conflitos. A Jurisdição. Poder Judiciário. Ministério Público. Advogados. Defensoria Pública. Órgãos Auxiliares da Justiça. Competência. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual. Atos Processuais. Prazo Processual. Teoria das Nulidades. Provas. Recursos. Precedentes. Coisa julgada.							
OBJETIVOS							
<u>A. GERAL:</u> Proporcionar ao acadêmico conhecimento sobre os conceitos lógico-jurídicos do processo. <u>B. ESPECÍFICOS:</u> habilitar os alunos no manuseio dos conceitos jurídico-positivos que o circundam, presentes nas diversas normas que regulam os campos da dogmática processual.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DINAMARCO, Cândido Rangel; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria Geral do Processo. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2023. LIMA, Fernando Antonio Negreiros. Teoria Geral do Processo Judicial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; PEDRON, Flávio Quinaud. Teoria Geral do Processo. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
GRINOVER, Ada Pellegrini. Ensaio sobre a processualidade. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida. 7. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022. ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flavio Luiz (Org.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2013. BRAGA, Paula Sarno. Norma de Processo e Norma de Procedimento. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. WATANABE Kazuo. Cognição no Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0501	Direito Internacional Privado	30	0	0	30	2.2.0	ED0406
EMENTA							
<p>Caracterização e evolução histórica do Direito Internacional Privado (DIPr). O DIPr como um direito das relações internacionais privadas. Sujeitos das relações internacionais privadas. Fontes do DIPr. Teorias Estatutárias. Conflitos de leis no espaço. Elementos de conexão: território, nacionalidade, domicílio, residência e autonomia da vontade. Naturalização. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses. Interpretação e aplicação do direito estrangeiro nas diversas esferas das relações privadas pelo juiz nacional. Prova do direito estrangeiro. Reenvio. Exceções à aplicação do direito estrangeiro: fraude à lei; ordem pública. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Reciprocidade. Métodos de solução de controvérsias alternativos: a arbitragem. Cooperação judiciária internacional.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Fornecer as diretrizes para solução de conflitos decorrentes da aplicação do direito no âmbito das relações internacionais de natureza privada, com ênfase na aprendizagem dos mecanismos disponíveis no atual sistema brasileiro de DIPr; Travar a discussão sobre a definição, denominação e objeto, visando distinguir o DIPr como ramo autônomo do saber jurídico; Compreender os princípios e elementos do DIPr a partir do estudo de sua evolução histórica.; Ministrar conhecimento para que discentes possam solucionar problemas práticos que envolvam o interesse de múltiplas ordens jurídicas estatais.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2023</p> <p>BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2020.</p> <p>DOLINGER, Jacob. TIBURCIO, Carmen. Direito Internacional Privado: Parte geral e especial. 15ª ed. Rio de Janeiro: Método/Forense, 2020.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direito Internacional Privado. 3ª ed. São Paulo: SaraivaJur. 2023</p> <p>CASTRO. Amílcar de. Direito Internacional Privado. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.</p> <p>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2023</p> <p>PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 14 ed. Salvador: Juspodivm. 2022</p> <p>RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado - teoria e prática. 21 ed. São Paulo: Saraivajur. 2022</p>							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0503	Direito Civil IV (Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie)	60	0	0	60	4.4.0	ED0403
EMENTA							
Noção geral de contrato. Teoria geral dos contratos. Princípios fundamentais do regime contratual. Limitações à liberdade de contratar: a ordem pública e os bons costumes. Classificação dos contratos. Formação dos contratos. Interpretação dos contratos. Extinção dos contratos. Distrato. Espécies de contrato. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais de vontade. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.							
OBJETIVOS							
Proporcionar aos alunos conhecimento sobre os elementos, os princípios e a dinâmica dos contratos; mostrar como se classificam os contratos; examinar as formas de alteração e de extinção contratual; conhecer os contratos em espécie; levar os alunos a um contato mais aprofundado com a teoria geral dos contratos; favorecer a percepção do contrato em seu aspecto funcionalizado, de modo que os alunos aprendam a construir uma hermenêutica criativa, emancipatória e sintonizada com a atual pauta constitucional de valores éticos, em especial os direitos humanos.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Contratos e Atos Unilaterais. vol. 3. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2022. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. Vol. 3. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2022. PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil – Contratos. vol. III. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código Civil Interpretado. vols. I e II. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Contratos. vol. III. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2022. WALD, Arnoldo. Direito Civil – Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. vol. 2. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. WALD, Arnoldo. Direito Civil – Contratos em Espécie. vol. 3. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil – Tomo III. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0504	Direito Administrativo II	60	0	0	60	4.4.0	ED0401
EMENTA							
Atos Administrativos. Controle da Administração Pública. Responsabilidade Civil do Estado. Servidores Públicos. Serviço Público. Bens Públicos.							
OBJETIVOS							
<p>GERAL - Analisar a atividade administrativa sob a ótica da estrutura organizacional da Administração Pública empregando os principais instrumentos do Direito Administrativo buscando demonstrar a integração da Administração Pública com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais do Estado Democrático de Direito, na realização do bem-estar da coletividade.</p> <p>ESPECÍFICOS - Enquadrar juridicamente as situações concretas por meio de análise crítica; Inferir a noção de Direito Administrativo sob a ótica do controle de suas funções, consubstanciada no estudo do exercício de suas atribuições, vinculadas, sempre, ao princípio da legalidade; Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos; Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado; Consubstanciar sobre Licitações e Contratos Administrativos e suas repercussões na estrutura organizacional da Administração Pública. da legalidade; Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos; Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 44 ed. Ed. Malheiros, 2020. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Atlas, 2022. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Malheiros. 2021.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 35 ed., Ed. Atlas. 2022. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 17 ed. Ed. Saraiva, 2012. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 14 ed. Ed. RT. 2022. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 22 ed. RT. 2020. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 11 ed. Ed. Atlas. 2022.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0505	Direito Penal III	60	0	0	60	4.4.0	ED0405
EMENTA							
Dos Crimes contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.							
OBJETIVOS							
Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito, mas principalmente como agente transformador da realidade. Introduzir o estudante à ciência do direito penal, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais. Aprimorar o estudante ao estudo do direito legislado, onde serão abordados todos os princípios basilares da parte geral e especial do Direito Penal brasileiro posto (legislado). O curso tem como finalidade precípua dar condições ao estudante de interpretar a legislação e aplicá-la ao caso concreto.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. Salvador: Ed. JusPodivm. 2022 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal, 19ª ed. São Paulo: Forense. 2023 NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Forense. 2023							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial, vol. 2, 3 e 4. São Paulo, Ed. Saraiva. 2023 ESTEFAM, André. Direito Penal. Parte Especial. São Paulo. Ed. Saraiva. 2022 NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal comentado. 23ª ed. São Paulo: Forense. 2023 MASSON, Cleber. Direito penal - parte especial. vol. 2 e 3. 17ª ed. São Paulo: Gen - Método. 2023 MASSON, Cleber. Código Penal comentado. 11ª ed. São Paulo: Gen - Método. 2023							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0505	Direito Penal III	60	0	0	60	4.4.0	ED0405
EMENTA							
Dos Crimes contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.							
OBJETIVOS							
Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito, mas principalmente como agente transformador da realidade. Introduzir o estudante à ciência do direito penal, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais. Aprimorar o estudante ao estudo do direito legislado, onde serão abordados todos os princípios basilares da parte geral e especial do Direito Penal brasileiro posto (legislado). O curso tem como finalidade precípua dar condições ao estudante de interpretar a legislação e aplicá-la ao caso concreto.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. Salvador: Ed. JusPodivm. 2022 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal, 19ª ed. São Paulo: Forense. 2023 NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Forense. 2023							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial, vol. 2, 3 e 4. São Paulo, Ed. Saraiva. 2023 ESTEFAM, André. Direito Penal. Parte Especial. São Paulo. Ed. Saraiva. 2022 NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal comentado. 23ª ed. São Paulo: Forense. 2023 MASSON, Cleber. Direito penal - parte especial. vol. 2 e 3. 17ª ed. São Paulo: Gen - Método. 2023 MASSON, Cleber. Código Penal comentado. 11ª ed. São Paulo: Gen - Método. 2023							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0506	Direito Processual Penal I	60	0	0	60	4.4.0	ED0305
EMENTA							
Direito Processo Penal e Direito Fundamental. Princípios do Processo Penal e Aspectos Constitucionais. Fontes do Processo Penal. Interpretação da Lei Processual. Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil <i>ex delicto</i> . Jurisdição e Competência. Questões e Procedimentos Incidentes. Provas.							
OBJETIVOS							
Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação. Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos. Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos. Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
LIMA, Renato Brasileiro de. Curso de Processo Penal. Salvador: jusPODIVM, 2022. LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo; Saraiva, 2022. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Editora: Forense, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AVENA, Norberto. Processo Penal. São Paulo: Método, 2022. BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios constitucionais penais e processuais penais. Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2015. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal; São Paulo; Atlas, 2022. TÁVORA, Nestor e ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Processo Penal e Execução Penal. Salvador: jusPODIVM, 2022.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0507	Direito Processual Civil II	60	0	0	60	4.4.0	ED0406
EMENTA							
1.Procedimento Comum. Petição Inicial. 2. Pedido 3. Indeferimento da Petição Inicial, Improcedência Liminar do Pedido; 4. Audiência de Conciliação; 5. Contestação e Resposta do Réu. 6. Reconvenção; Revelia; 7. Providências Preliminares; 8. Julgamento Conforme o Estado do Processo e Saneamento 9. Audiência de Instrução e Julgamento; 10. Teoria Geral das Provas; 11. Produção Antecipada de Prova e Ata Notarial. 12. Depoimento Pessoal das Partes e Confissão. 9. Sentença; 10. Coisa Julgada; 11. Procedimentos Especiais. Arts. 318 a 368 (2 a 7), 369 a 484 (8), 485 a 508 (9 e 10), 539 a 770 (11).							
OBJETIVOS							
Desenvolver o Estudo da fase do procedimento Comum, desde a petição inicial, Resposta do Réu instrução do processo, até a sentença e coisa julgada, de acordo com as Disposições do Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015. Nesta disciplina, o discente terá a oportunidade de examinar, desde o pedido inicial até a sentença, passando, também o estudo pelos procedimentos especiais. Assim, deverá o aluno entender a sistemática do novo Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9ª edição, capa dura, 2023. ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed, capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (Volume 1) Capa dura. 24 ed. Vol. I. Salvador: Juspodvim. 2022. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (Volume 2) Capa. 24 ed. Vol. II. Salvador: Juspodvim. 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022. DONIZETTI, Elpídio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023 MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022 THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021. WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0721	Direito Civil V (Direitos Reais)	60	0	0	60	4.4.0	ESO0667

EMENTA

Estatuto jurídico das coisas, bens e direitos. Posse e propriedade: superação da dicotomia entre direito público e direito privado. Princípios constitucionais do direito de propriedade. Função social da propriedade. Propriedade urbana e propriedade rural. Restrições ao direito de propriedade. Propriedade imóvel: aquisição e perda. Usucapião. Posse. Espécies. Aquisição e efeitos. Perda. Proteção possessória. Direito de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Direitos Autorais. Direitos reais sobre coisas alheias. Gozo e Fruição. Enfitese. Servidão. Usufruto. Uso. Habitação. Renda constituída sobre imóveis. Garantia. Penhor. Anticrese. Hipoteca. Alienação fiduciária.

OBJETIVOS

Ensinar o direito das coisas sob a nova ótica constitucional de 1988, passando por um estudo dogmático da disciplina e crítico, em especial acerca da propriedade e seus desdobramentos à luz do princípio da função social.

Construir um entendimento teórico, e sua correta aplicação prática da Posse, Direitos Reais, Direitos em Coisa Alheia e Garantias, a partir das teorias clássicas que sustentam o tema.

Promover o pensamento sobre uma visão moderna da Posse, Direitos Reais, Direitos em Coisa Alheia e das Garantias, de acordo com o Novo Código Civil e a Constituição Federal.

Transmitir histórias e situações práticas que demonstrem a utilização efetiva do conhecimento adquirido, para as situações que se farão surgir na vivência forense sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Reais. Vol. 5. 11ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. Vol. 5. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil - Direito Das Coisas - Vol. 4 - 7ª ed. São Paulo: Ed. Método. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Orlando. Direitos Reais. 21ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

LISBOA, Roberto Senise. Manual do Direito Civil – Direitos Reais e Direitos Intelectuais. Vol. 4. 7.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0535	Direito Empresarial I	60	0	0	60	4.4.0	ESO0260

EMENTA

Conceitos Iniciais. Evolução História. A situação empresarial do Amazonas. Atividade intelectual e atividade empresarial. Ordem Econômica e Financeira. Princípios Constitucionais de Direito Comercial. Atos de Comércio. Conceito econômico e jurídico de empresa. Empresário individual. Registro do Comércio. Contabilidade e livros sociais. Estabelecimento comercial. Distinção entre empresa e sociedade. Origem e evolução das sociedades comerciais. Personalidade jurídica. Conceitos básicos de direito societário. Sociedades familiares. Sociedades controladas pelo Estado. Sociedades simples. Contrato de Sociedade Empresarial. Classificação das sociedades empresárias. Sociedades reguladas pelo Direito Empresarial. Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Sociedades por Ações. Microempresa e empresa de pequeno porte.

OBJETIVOS

Trabalhar os novos conceitos sobre o regime jurídico empresarial, a fim de que o aluno de direito saiba interpretar a legislação e os institutos jurídicos vinculados à teoria da empresa e a natureza jurídica dos institutos empresariais.

Conceituar a evolução histórica da prática mercantil e a nova dimensão econômica da empresa, analisando os agentes econômicos empresariais (empresário individual, EIRELI e sociedades empresárias). Dimensionar a liberdade de atividade econômica e a questão da ordem pública constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. 8ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014.

COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva. 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 5ª Edição. São Paulo: Método. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSSIGNOLI, Estefânia. Direito Empresarial. Salvador: Editora Juspodivm, 2012.

SHARP JUNIOR, Ronald. Direito Comercial e de Empresa Sistematizado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOMES, Fábio Belote. Manual de Direito Empresarial. 3ª Ed. São Paulo:RT,2014.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0720	Direito do Trabalho II	60	0	0	60	4.4.0	ESO0630

EMENTA

Conceito, características e natureza sócio-jurídica do contrato individual de trabalho. Modalidades do contrato individual de trabalho: de tempo indeterminado, de tempo determinado, de experiência, de aprendizagem e contrato temporário. Sujeitos do contrato de trabalho: empregador, empregado e a relação de subordinação. Cidadania na empresa: relação de emprego, poder de direção e direito de resistência. Alteração das condições de trabalho. Suspensão, interrupção. Contrato e regulamentação do trabalho: remuneração, jornada, repouso, férias, estabilidade e FGTS. Seguro-desemprego. Normas Gerais e tutelares: medicina, segurança e acidentes do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Situações empregatícias especiais: o trabalho da mulher e do menor. Tópicos Especiais em direito do trabalho.

OBJETIVOS

Apresentar aos alunos o trabalho assalariado e todos os institutos e matérias que o regulam. Dar enfoque aos sujeitos jurídicos da relação empregatícia.

Transmitir uma noção conceitual e prática da remuneração e seus consectários, assim como todos os direitos dela decorrentes.

Possibilitar o conhecimento das normas gerais que se aglutinam em torno do contrato de trabalho e também das alterações admitidas no contrato de trabalho, projetando, por fim, uma noção geral do exercício desses direitos.

Apresentar uma abordagem conceitual do Direito do Trabalho e sua influência na relação jurídica de emprego.

Ensejar uma visão do Direito do Trabalho na experiência do Estado Brasileiro, seguindo-se pesquisa e análise do funcionamento do Direito do Trabalho, especialmente no Estado do Amazonas e no Pólo Industrial de Manaus - PIM.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIRO JÚNIOR, José. Curso de Direito do Trabalho. Salvador: Juspodivm, 2015.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015.

ADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JORGE NETO, Francisco Ferreira. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015.

SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho. São Paulo: Editora Método, 2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0925	Direito Tributário I	60	0	0	60	4.4.0	ESO0435
EMENTA							
Estado Fiscal e Tributação. Noções introdutórias ao Direito Tributário: contribuições de outros ramos do conhecimento, especialmente, as ciências das finanças. Fontes do Direito Tributário. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Sistematização das categorias técnicas de tributação. O sistema constitucional tributário e discriminação de competências tributárias. Princípios constitucionais tributários - gerais e específicos de alguns tributos. Imunidades tributárias. Obrigação tributária.							
OBJETIVOS							
<p>Promover o conhecimento dos fundamentos do direito tributário, seus pressupostos conceituais e metodológicos básicos, em termos de teoria geral e, inclusive, por meio de cotejos com o direito comparado.</p> <p>Investigar as origens históricas do Direito Tributário, suas fontes e a influência das Ciências das Finanças e da Economia em sua formação, bem como analisar as espécies tributárias, a partir do conceito de tributo.</p> <p>Propiciar o entendimento do sistema tributário, a partir das regras de competência, das limitações constitucionais ao Poder de Tributar e demais princípios e regras atinentes à tributação.</p> <p>Oferecer a compreensão do espectro de atuação do legislador ordinário para instituição dos tributos, por meio da compreensão da interação entre a norma de competência, regras de imunidade e normas gerais de direito tributário;</p> <p>Propiciar a compreensão do modelo normativo da obrigação tributária no direito tributário, especialmente, o brasileiro.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário. v. III: os direitos humanos e a tributação. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 6ª ed. São Paulo: NOESES. 2013.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0723	Direito Processual Civil IV	60	0	0	60	4.4.0	ESO669

EMENTA

Disposições sobre Cumprimento de Sentença. Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Execução em Geral. Diversas Espécies de Execução. Execução para Entrega de Coisa Certa e Incerta. Execução das Obrigações de Fazer e não fazer. Execução por Quantia certa. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de Alimentos. Penhora. Depósito e Avaliação. Da expropriação de bens. Adjudicação, Alienação Particular e Alienação Pública. Embargos à Execução. Suspensão e Extinção do Processo de Execução.

OBJETIVOS

Desenvolver o Estudo da fase de cumprimento de sentença e execução em geral, de acordo com as Disposições do Novo Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015. Nesta disciplina, o discente terá a oportunidade de examinar, desde o cumprimento de sentença até a execução de título extrajudicial, passando pela execução de prestações alimentícias e pela execução contra a Fazenda Pública.

Entender a sistemática do novo Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO. Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva. 2015.
DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual civil. 17 ed. Vol. I. Salvador: Juspodivm. 2015.
DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual civil. 10 ed. Vol. II. Salvador: Juspodivm. 2015.
DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual civil. 10 ed. Vol. III. Salvador: Juspodivm. 2015.
NERY JUNIOR. Nelson. NERY. Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. Novo CPC – Lei 13.105/2015. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Códigos de processo Civil Comparados 2015 e 1973. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva: 2015. Revista dos Tribunais.
NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. 33. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. DIDIER JR, Fredie. TALAMINI, Eduardo. Breves Comentários ao Código de Processo Civil de 2015, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0724	Direito Processual Penal III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0815

EMENTA

Objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Do Condenado e do Internado. Assistência. Do Trabalho. Deveres. Disciplina. Órgãos da Execução Penal. Juízo de Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Atribuições do Departamento Penitenciário Nacional. Estabelecimentos Penais. Execução da Pena em Espécie. Penas Privativas de Liberdade. Penas Restritivas de Direito. Pena de Multa. Execução das Medidas de Segurança. Incidentes de Execução. Anistia e do Indulto. Procedimento Judicial.

OBJETIVOS

Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação.
Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos.
Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos.
Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Execução Penal: Esquemático. 1ª Ed. – São Paulo: Forense, 2014.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo e Execução Penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
PRADO, Luiz Regis. Direito de Execução Penal. Denise Hammerschmidt, Douglas Bonaldi Maranhão, Mário Coimbra; Luiz Regis Prado (coordenação). 4ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 7ª ed. Ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. A história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2013.
MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 12ª ed. Ver. , amp. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2014.



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0722	Estágio Supervisionado I	0	0	60	60	2.0.2	-
EMENTA							
Aplicação dos institutos Processuais Cíveis: ação, defesa, processo e jurisdição. Processo de Conhecimento. Procedimentos Especiais na Jurisdição Cível; Lei de Alimentos; Lei da União Estável; Lei do Divórcio; Lei do Inquilinato; Contestação e Recursos. Participação em audiências.							
OBJETIVOS							
O discente deverá ter, além de um conhecimento teórico-prático consistente, capacitação e competência para a aplicação do direito aos problemas hodiernos da vida em sociedade e dinamização relacionada ao tempo para resolução dos conflitos sujeitos à apreciação do judiciário. Contribuir para a formação de um futuro profissional cidadão, atuante na sociedade, através de pesquisas bibliográficas e observacionais. Discutir a teoria diante da prática executada no Brasil e promover questionamentos. Desperta o aluno para posicionar-se como um ser questionador e pesquisador.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana Francisca, Prática Jurídica Civil - 6ª ed. São Paulo: revista dos Tribunais. 2014. LUZ, Valdemar P. da, Manual do Advogado - Advocacia Prática (Civil, Trabalhista e Criminal) - 27ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. ARAÚJO, Gediel Claudino de Júnior, Prática No Processo Civil - Cabimento/Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos - 18ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ARAÚJO Jr, Gediel Claudino de, Prática de Contestação No Processo Civil - 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2015. ARAÚJO Jr, Gediel Claudino de, Prática No Direito de Família - 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2015. ARAÚJO Jr, Gediel Claudino de, Prática de Recursos no Processo Civil. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.							





SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0933	Direito Civil VII (Sucessões)	60	0	0	60	4.4.0	ESO0816
EMENTA							
Sucessão em geral. Sucessão legítima. Exclusão por indignidade. Direito de Representação. Sucessão testamentária. Formas ordinárias de testamento. Testamentos especiais. Disposições testamentárias em geral. Invalidade do testamento. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Revogação dos testamentos. Testamenteiro. Inventário. Sonegados. Colação. Partilha.							
OBJETIVOS							
Conhecimento e aplicação do direito das sucessões. Apresentar as bases normativas do Direito das Sucessões brasileiro do novo Código Civil de 2002 à luz da interpretação constitucional. Estudar os institutos do Direito das Sucessões. Enfrentar os temas do Direito das Sucessões surgidos a partir das novas concepções de <i>família</i> .							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Sucessões. Vol. 7. 1. ^a Ed. São Paulo: Atlas, 2015. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. VII. São Paulo: Saraiva, 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINIZ, Maria Helena. Direito Civil Brasileiro Direito das Sucessões, Vol. 6, 19 ^a ed, São Paulo: Saraiva, 2014. RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil Direito das Sucessões. Atualizador: Zeno Veloso, Vol. 7, 26 ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2013. VENOSA, Sílvio de Sávio. Direito Civil VI. 15 ^a Ed. São Paulo: Atlas, Vol. 7. 2015.							





SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0934	Direito Empresarial III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0817
EMENTA							
<p>Falência e Recuperação Judicial nas empresas do Amazonas. Relação com o modelo econômico. Aspectos jurídicos: esboço histórico e conceitos gerais. Caracterização da falência. Legitimidade na ação falimentar. Competência. Requerimentos. Fase pré-falimentar. Sentença. Recursos. Efeitos da falência. Órgãos da falência. Classificação dos créditos. Liquidação. Extinção das obrigações. Recuperação Judicial. Críticas ao sistema. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Crimes falimentares. Insolvência civil. Intervenção e liquidação das instituições financeiras. O processo falimentar.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Conhecimento e aplicação da teoria e prática atinente aos institutos jurídicos que incidem sobre a Falência e Recuperação Judicial. Construir uma visão atual, completa e consolidada dos procedimentos da falência e da recuperação de empresas. Desenvolver o conhecimento sobre os institutos aplicáveis aos agentes econômicas empresariais.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. 8ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. 19ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.</p> <p>RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 5ª Edição. São Paulo: Método. 2015.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>GOMES, Fábio Belote. Manual de Direito Empresarial. 3ª Ed. São Paulo: RT, 2014.</p> <p>MIRANDA, Maria Bernadete. Nova Lei de Falências – Comparativos e comentários. 1ª. ed. São Paulo: Rideel. 2013.</p> <p>PERIN JUNIOR, Ecio. Curso de Direito Falimentar e Recuperação de Empresas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>ROSSIGNOLI, Estefânia. Direito Empresarial. Salvador: Editora Juspodivm, 2012.</p>							





SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0935	Direito da Seguridade Social	30	0	0	30	2.2.0	ESO0630

EMENTA

Evolução histórica da Seguridade Social. Conceito. Fontes Interpretação. Natureza Jurídica. Princípios. O sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988: princípios constitucionais, previdência, assistência e saúde. Regime geral de previdência social: segurados e dependentes. A lei previdenciária no tempo e no espaço. Benefícios. Evolução da previdência social no mundo e no Brasil. Atividades abrangidas pela previdência. Custeio. Prestações concedidas pela previdência. Acidentes de trabalho. Administração e contencioso da previdência social. Disposições penais da previdência social. Sistemas especiais. Tendências e rumos gerais da previdência social.

OBJETIVOS

Introduzir o aluno no estudo do direito da seguridade social, visando por meio da análise histórica, política e jurídica da seguridade social, proporcionar uma visão crítica a respeito dos fundamentos, princípios e disciplina legal do sistema.

Capacitar o aluno no estudo da seguridade social e seu tripé: previdência, assistência social e saúde. Refletir sobre o sistema de seguridade e sua importância para o cidadão. Estudar os benefícios previdenciários e seus reflexos sobre o mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMADO, Frederico. Direito e Processo Previdenciário. Salvador: JusPodivm, 2012.

CASTRO, Carlos Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual de direito Previdenciário. São Paulo: Conceito editorial, 2013.

LENZA, Pedro. SANTOS, Marisa Ferreira dos. (Coord.) Direito Previdenciário Esquematizado - 4ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da seguridade social. 32.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. *Curso de Direito da Seguridade Social*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 13ª. Edição. São Paulo: LTr, 2014.

TSUTUYA, Augusto Massayuki. *Curso de Direito da Seguridade Social*. São Paulo: Saraiva, 2011.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. Curso de Direito Previdenciário. 5.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2014.



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0932	Direito Ambiental I	60	0	0	60	4.4.0	ESO0437
EMENTA							
<p>Natureza e Cultura. Modos de percepção, representação e apropriação da natureza. Meio Ambiente: definições; Bens ambientais; Princípios do Direito Ambiental; Direitos de terceira geração. O meio ambiente na Constituição Brasileira, e do Amazonas. Política Nacional de Meio Ambiente; Políticas de Proteção Ambiental e seus órgãos e organismos. Poder de Polícia Infração Administrativas Ambientais. Procedimentos e sanções aplicáveis às infrações administrativas. Licenciamento ambiental. EIA/RIMA. Informação ambiental. Zoneamento ambiental. Padrões ambientais. Legislação Estadual sobre procedimentos, sanções e infrações administrativas. Tutela Constitucional e Direito Ambiental. Direito Criminal Constitucional. Direito Penal Ambiental e Princípio da Legalidade Penal. Concurso de Crimes Ambientais e Normas Penais em branco. Responsabilidade penal da Pessoa Física. Responsabilidade penal da Pessoa Jurídica. Aplicação da pena (Pessoa Física e P. Jurídica). Apreensão do produto e do instrumento do crime; Ação e processo penal. Atuação do Ministério Público E competência judicial nos crimes de meio ambiente. Crimes contra a fauna e Crimes contra a flora. Poluição e outros crimes ambientais. Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. Crimes contra a Administração ambiental. Análise de Casos Concretos.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de que possam compreender a interação conceitual e metodológica entre a ciência do Direito e outras disciplinas da área ambiental.</p> <p>Trabalhar a interface entre o Direito e outras ciências.</p> <p>Identificar e distinguir as infrações administrativas e os crimes praticados contra o meio ambiente;</p> <p>Entender o processo de responsabilização administrativa e penal por crimes contra o meio ambiente, praticados por pessoa física e por pessoa jurídica, bem como seus principais procedimentos específicos;</p> <p>Analisar casos concretos de responsabilização penal por crimes contra o meio ambiente.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO. 23 ed. São Paulo. Ed. Malheiros, 2015.</p> <p>COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. BELLO FIHO, Ney de Barros. COSTA, Flávio Dino de Castro e. Crimes ambientais e infrações administrativas ambientais: comentários à Lei nº 9.605/98. 3. ed. rev e atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.</p> <p>RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Ambiental - Parte Geral. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 10 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. Curso de Direito Ambiental. 6ed, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>SIRVINKAS, Luis Paulo Tutela penal do meio ambiente. 4ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 9ª ed, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2014.</p>							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0936	Estágio Supervisionado III	0	0	60	60	2.0.2	ESO0819
EMENTA							
Noções de direito penal geral e especial. Ação, Defesa, Processo e Jurisdição. Inquérito Policial. Ação Penal. Nulidades e Procedimentos Especiais na Jurisdição Penal. Lei de drogas. Lei de Execução Penal. Participação em audiências. Tribunal do Júri. Recursos Penais. Lei Maria da Penha. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.							
OBJETIVOS							
O discente deverá ter, além de um conhecimento teórico-prático consistente, capacitação e competência para a aplicação do direito aos problemas hodiernos da vida em sociedade e dinamização relacionada ao tempo para resolução dos conflitos sujeitos à apreciação do judiciário. Contribuir para a formação de um futuro profissional cidadão, atuante na sociedade, através de pesquisas bibliográficas e observacionais. Discutir a teoria diante da prática executada no Brasil e promover questionamentos. Desperta o aluno para posicionar-se como um ser questionador e pesquisador.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2 - 15ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. CAPEZ, Fernando, Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 3 - 13ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. CARVALHO, Castanho de; Grandinetti, Luis Gustavo, Processo Penal e Constituição - Princípios Constitucionais do Processo Penal - 6ª ed. São Paulo: Saraiva. 2014. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal - Parte Geral - Vol. IV - 11ª São Paulo: Impetus. 2015. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal - Parte Geral - Vol. I - 17ª ed. São Paulo: Impetus. 2015. LIMA, Marcellus Polastri, Juizados Especiais Criminais: O Procedimento Sumaríssimo no Processo Penal - 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2013 LIMA, Rogério Montai de, Guia Prática da Sentença Penal Condenatória e Roteiro Para o Procedimento No Tribunal do Júri. São Paulo: Método. São Paulo. 2014.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BELLO, Rodrigo; Novaes, Felipe, Manual de Prática Penal - 2ª ed. São Paulo: Método. São Paulo. 2015. CAPOBIANCO, Rodrigo Julio; FISHER, Fernanda Salles, Prática Processual Penal - Exame de Ordem - 5ª ed. São Paulo: Método. São Paulo. 2014. TOURINHO Filho, Fernando Costa, Prática de Processo Penal - 35ª ed. São Paulo: Saraiva. 2014.							